

Benevides promete sustar recesso se houver risco à governabilidade

Geraldo Magela

Os presidentes da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), prometeram ao presidente em exercício, Itamar Franco aprovar os projetos que garantam a governabilidade, mesmo que precisem cancelar as férias dos parlamentares. As medidas que Benevides acha que devem ser aprovadas no Congresso, antes do recesso, são o ajuste fiscal, a modernização dos portos, as modificações nas licitações, as concessões de serviços públicos e a reforma partidária. Benevides avisa que se estes projetos não forem votados, "não haverá férias para ninguém". Os líderes do Governo já passaram a chamar o pacto de governabilidade de compromisso da governabilidade. Itamar acha a idéia do "pacto" muito desgastada.

"O Governo entende que é inadável o ajuste fiscal. Não se pode falar em retomada de desenvolvimento sem colocar o ajuste fiscal como carro-chefe", defendeu o presidente do Congresso. Ele lembrou ainda que antes do recesso parlamentar terá de ser aprovado também o Orçamento para o próximo ano. A proposta orçamentária enviada pelo governo Collor foi reformulada pela equipe de Itamar Franco. Entre as modificações, está a redução de recursos para os programas dos Centros Integrados de



Itamar ouviu de Ibsen (D)e Benevides a promessa de aprovação das reformas que trarão governabilidade

Apoio à Criança (Ciac).

O Presidente em exercício reafirmou a Benevides que as articulações para o entendimento pela governabilidade serão feitos pelos líderes do Governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), e no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS). Mas Benevides disse que pode chamar para o Congresso lideranças ex-

pressivas da sociedade, como fez após o término das investigações sobre o tráfico de influência do empresário Paulo César Farias no governo Collor pela CPI, para reforçar o entendimento.

Tanto Benevides como Freire já adotaram a recomendação e começaram ontem mesmo a evitar a palavra "pacto". "Pacto dá sem-

pre a impressão de algo que não deu certo", explica Freire. Ele ainda faz questão de estabelecer as diferenças entre as atuais negociações e as feitas durante o governo Collor, que também tentou fazer um pacto social. "Pacto entre empresários e trabalhadores é dissídio", ensinou. E afirmou: "Agora, a negociação está no lugar certo: no Congresso".